

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SECCIONAL GOIÁS**

CNPJ: 02.656.759/0001-52

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010**

RELAT. 1.710/12

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ilmos. Srs.

Diretores da

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS.
GOIÂNIA – GO

Examinamos o balanço patrimonial da Ordem dos Advogados do Brasil- Seccional de Goiás levantado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa de suas operações correspondente ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas elaborados sob a responsabilidade de sua administração.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da

Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa 3“c”, a Entidade não vem computando no Ativo a carteira de Contas a Receber. Os recebíveis da Entidade são registrados por regime de caixa.

Conforme descrito na Nota Explicativa 3“e”, a Entidade não vem computando em seu Ativo Imobilizado e Intangível valores relativos aos custos com depreciação e amortização, respectivamente. Além disso, os saldos contábeis relativos a esses ativos não estão devidamente conciliados.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ordem dos Advogados do Brasil- Seccional de Goiás em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Goiânia, 18 de junho de 2.012.

M A S T E R S

Audidores Independentes S/S

CRC 000887/O-0 GO



Jorge Otávio A. A. Rodrigues
Contador

CRC-013505/O-9



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL GOIÁS
Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

Ativo	Notas	2011	2010	Passivo	Notas	2011	2010
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.385.371	1.139.827	Fornecedores		560.960	597.391
Valores a Receber	5	207.214	170.166	Empréstimos e Financiamentos	9	1.939.893	1.983.954
Cheques em Cobrança / Outros	6	89.675	104.223	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10	683.516	644.539
Depósitos Judiciais		27.654	8.858	Obrigações Tributárias	11	38.093	30.472
		<u>1.709.914</u>	<u>1.423.074</u>	Obrigações Estatutárias	12	2.700.588	2.397.881
				Outros	13	504.193	451.560
						<u>6.427.243</u>	<u>6.105.797</u>
Não Circulante				Não Circulante			
Investimento	7	313.506	267.668	Empréstimos e Financiamentos	9	395.116	756.333
Imobilizado	8	23.340.529	22.707.636	Provisão para Demandas Judiciais	14	384.744	225.925
Intangível	8	41.131	32.106			<u>779.860</u>	<u>982.258</u>
		<u>23.695.166</u>	<u>23.007.410</u>	Patrimônio Social			
				Superávits Acumulados	15	18.197.977	17.342.429
		<u>25.405.080</u>	<u>24.430.484</u>			<u>18.197.977</u>	<u>17.342.429</u>
						<u>25.405.080</u>	<u>24.430.484</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL GOIÁS

Demonstrações de Resultados

Períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
RECEITA		20.774.490	15.914.364
RECEITAS OPERACIONAIS ORDINÁRIAS		10.278.519	8.569.753
Anuidades do Exercício		6.249.043	5.691.707
Anuidades de Exercícios Anteriores		1.587.812	952.874
Taxas e Emolumentos		982.875	832.570
Multas		28.429	36.759
Inscrição Exame da Ordem		1.430.360	1.055.843
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS		10.495.971	7.344.611
Receitas Patronais		982.356	1.219.224
Recuperação de Despesas		18.441	28.642
Receitas Eventuais / Cursos		6.888.714	5.788.536
Outras Receitas		2.606.460	308.209
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS - (CONTRIBUIÇÕES)		(2.594.311)	(2.325.603)
(-) Conselho Federal		(783.686)	(664.458)
(-) CASAG		(1.567.371)	(1.328.916)
(-) Fundo Cultural		(86.517)	(199.337)
(-) FIDA		(156.737)	(132.892)
TOTAL DAS RECEITAS LÍQUIDAS		18.180.179	13.588.761
(-) DESPESAS ORDINÁRIAS		(18.003.735)	(14.178.568)
(-) Pessoal e Encargos		(8.923.554)	(7.037.468)
(-) Outras Despesas Operacionais	16	(9.080.181)	(7.141.101)
RESULTADO OPERACIONAL		176.444	(589.807)
RESULTADO FINANCEIRO		679.104	267.635
Receitas Financeiras		949.397	567.327
(-) Despesas Financeiras		(270.293)	(299.693)
SUPERÁVIT/(DEFÍCIT) DO EXERCÍCIO		855.548	(322.173)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL GOIÁS

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

Eventos	Superávit / (Déficit) Acumulados	Patrimônio Social
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	17.664.602	17.664.602
Déficit do Exercício	(322.173)	(322.173)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	17.342.429	17.342.429
Superávit do Exercício	855.548	855.548
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	18.197.977	18.197.977

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL GOIÁS

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.011	2.010
SUPERÁVIT/(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	855.548	(322.173)
RESULTADO FINANCEIRO	855.548	(322.173)
Variações em contas de ativos e passivos		
Redução (Aumento) nas contas a receber	(37.048)	5.859
Redução (Aumento) nas contas de cheques em cobrança	14.548	46.315
Redução (Aumento) na conta de adiantamentos de subseções	-	145
Redução (Aumento) nas contas de depósitos judiciais	(18.796)	(2.710)
Aumento (Redução) nas contas de fornecedores	(36.431)	39.209
Aumento (Redução) nas contas de obrigações fiscais e sociais	38.977	(137.656)
Aumento (Redução) nas contas de obrigações trabalhistas	7.621	(8.285)
Aumento (Redução) nas contas de obrigações estatutárias	302.707	644.075
Aumento (Redução) nas contas de outras obrigações	52.633	217.564
Aumento (Redução) nas provisões para demandas judiciais	(361.217)	-
Disponibilidade líquida gerada pelas atividades	818.542	482.342
Fluxo das atividades de investimentos		
Aquisição de Imobilizados	(632.893)	(1.008.530)
Aumento de Investimentos	(45.838)	(62.744)
Aumento de Intangível	(9.025)	-
Disponibilidade líquida gerada pelas atividades após os investimentos	130.786	(588.931)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	114.758	1.106.602
Captação (pagamentos) de Empréstimos e Financiamentos	114.758	1.106.602
Disponibilidade líquida gerada pelas atividades após os financiamentos	245.544	517.671
Disponibilidade líquida no final do exercício	245.544	517.671
Demonstração da variação do Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldo inicial do Caixa e Equivalentes de Caixa	1.139.827	622.156
Saldo final do Caixa e Equivalentes de Caixa	1.385.371	1.139.827
Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa	245.544	517.671

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Ordem dos Advogados do Brasil - OAB constituída através do artigo 17 do decreto número 19.408, de 18 de novembro de 1930, possui personalidade jurídica e forma federativa. Tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas e promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Goiás está registrada sob o CNPJ 02.656.759/0001-52 e está localizada no município de Goiânia, à rua 1.121 nr. 200, Setor Marista Goiânia-GO. A Seccional Goiás conta com 40 subseções espalhadas pelo estado de Goiás.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- a) As demonstrações financeiras, com exceção da prática contábil de não registro de custos de depreciação/amortização e de não registro, por competência, da carteira de contas a receber foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária da Lei 6.404/76 adotando as alterações promovidas pelas leis: 11.638/07 e 11.941/09.
- b) As Demonstrações contábeis incorporam os Pronunciamentos Técnicos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em vigor até a data de conclusão da elaboração das demonstrações contábeis.
- c) Moeda de Apresentação Funcional - As demonstrações financeiras foram elaboradas em Real que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Entidade em 14 de junho de 2012.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Ativos circulantes

Os ativos circulantes são registrados pelos seus valores de aquisição e, quando aplicável, são ajustados aos seus valores prováveis de realização.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são registradas ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço (imune da retenção do imposto de renda), ou valor da quota de fundo de investimento.

c) Contas a receber – Anuidades

As anuidades a receber são contabilizadas pelo regime de caixa. (vide nota 5).

A entidade não contabiliza a carteira de contas a receber.

d) Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Imobilizado / Intangível

O Imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção. A Entidade não vem contabilizando os custos de depreciação dos bens do seu ativo imobilizado. A Entidade não vem contabilizando a amortização dos bens classificados no seu intangível.

A Entidade optou por não aplicar o custo atribuído “deemed cost” na data de abertura do exercício de 2010 para os bens do ativo imobilizado. Os efeitos do custo atribuído poderiam aumentar o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

f) Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelos seus valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, acrescidos dos encargos e atualizações monetárias incorridos até a data do balanço.

g) Contribuições estatutárias

As contribuições estatutárias devidas ao Conselho Federal, Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás e Fundo Cultural, são constituídas de acordo com o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, previstos na lei 8.906/94.

h) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para devedores duvidosos, provisão para demandas judiciais, mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

i) Provisão para demandas judiciais

As provisões para contingências são constituídas com base na avaliação do risco potencial de perda sobre as ações em andamento, embasadas em relatórios preparados por assessores jurídicos da OAB-GO, em montante considerado suficiente para absorver perdas decorrentes do desfecho dessas ações.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

j) Provisão para férias e encargos sociais

É constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e inclui os correspondentes encargos sociais.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os direitos, obrigações, receitas e despesas, exceto o mencionado na nota 5, foram reconhecidas de acordo com o regime de competência.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Representa os recursos financeiros de disponibilidade imediata, que estão mantidos em caixa, contas correntes e aplicações em instituições financeiras, conforme apresentado a seguir:

Composição

	2011	2010
Caixa*	526.111	337.020
Bancos Contas Correntes	66.592	692.981
Aplicações Financeiras	795.731	118.574
Valores em Trânsito	(3.063)	(8.748)
<u>Total</u>	<u>1.385.371</u>	<u>1.139.827</u>

* Refere-se a montantes em espécie alocados nos caixas da seccional e subseções dispostas por todo o estado de Goiás.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

NOTA 5 - VALORES A RECEBER

Composição

	2011	2010
Adiantamento a Subseções	10.698	-
Adiantamento a Fornecedores	364	398
Impostos a Recuperar *	44.680	39.106
Títulos a Receber Jurídico	151.472	130.661
Total	<u>207.214</u>	<u>170.166</u>

* Os impostos e contribuições a recuperar referem-se a Imposto de Renda sobre resgate de Aplicação Financeira em 2011.

As anuidades a receber são contabilizadas pelo regime de caixa. Caso fosse adotado o regime de competência, a maioria dos valores devidos no início do exercício e não recebidos ao final do exercício seriam objeto de constituição de provisão para devedores duvidosos.

NOTA 6 - CHEQUES EM COBRANÇA / OUTROS

Composição

	2011	2010
Cheques Devolvidos	20.678	54.321
Cheques Devolvidos Renegociados	2.430	-
Adiantamento a Funcionários	66.567	49.902
Total	<u>89.675</u>	<u>104.223</u>

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

NOTA 7 - INVESTIMENTOS

Refere-se a Títulos de Crédito (Ações) junto a Instituição Credijur.

NOTA 8 - IMOBILIZADO / INTANGÍVEL

a) *Composição*

Descrição	2011	2010
Biblioteca	442.168	433.200
Equipamentos de Informática	1.135.741	991.046
Máquinas e Equipamentos	2.839.955	2.416.142
Móveis e Utensílios	1.827.975	1.739.387
Obras de Arte	9.808	9.808
Veículos	229.049	236.318
Edificações	16.256.767	15.775.182
Terrenos	471.693	901.693
Obras em Andamento	121.042	198.530
Instalações	18.000	18.000
(-) Depreciação	(11.670)	(11.670)
<u>Total Imobilizado</u>	<u>23.340.529</u>	<u>22.707.636</u>
Softwares	41.131	32.106
<u>Total Intangível</u>	<u>41.131</u>	<u>32.106</u>

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

b) Movimentação do Imobilizado

Descrição	2010	Adições	Baixas	Transferências	2011
Biblioteca	433.200	8.969	-	-	442.168
Equipamentos de Informática	991.046	144.695	-	-	1.135.741
Máquinas e Equipamentos	2.416.142	423.814	-	-	2.839.955
Móveis e Utensílios	1.739.387	89.138	550	-	1.827.975
Obras de Arte	9.808	-	-	-	9.808
Veículos	236.318	75.500	82.770	-	229.049
Edificações	15.775.182	-	-	481.585	16.256.767
Terrenos	901.693	-	430.000	-	471.693
Obras em Andamento	198.530	404.097	-	(481.585)	121.042
Instalações	18.000	-	-	-	18.000
(-) Depreciação	(11.670)	-	-	-	(11.670)
Total Imobilizado	22.707.636	1.627.798	994.905	-	23.340.529
Softwares	32.106	9.025	-	-	41.131
Total Intangível	32.106	9.025	-	-	41.131

NOTA 9 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se a Financiamento e Empréstimos obtidos junto as Instituições Financeiras Credijur, Caixa Econômica Federal e Caixa de Assistência dos Advogados, conforme exposto a seguir:

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

Tipo de Operação	Finalidade	Vencimento	Encargos	2011	2010
Empréstimo – CREDIJUR	Capital de Giro	Jan/2012	0,5% a.m. + CDI	98.218	1.123.611
Empréstimo – CEF.	Capital de Giro	Nov/2012	1,55% a.m. + TR	736.791	1.447.879
Empréstimo – CASAG	Capilta de Giro	Dez/2012	0,2% a.m. + CDI	1.500.000	168.797
<u>Total Geral</u>				<u>2.335.009</u>	<u>2.740.287</u>
<u>Circulante</u>				<u>1.939.893</u>	<u>1.983.954</u>
<u>Não Circulante</u>				<u>395.116</u>	<u>756.333</u>

NOTA 10 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Descrição	2011	2010
Pessoal a Pagar	4.120	4.648
FGTS a Recolher	8.829	978
INSS Patronal	43.985	68.863
INSS Empregados	37.707	31.967
INSS Serviços Prestados Pessoa Física	5.601	2.169
Provisões Trabalhistas	583.274	535.914
<u>Total</u>	<u>683.516</u>	<u>644.539</u>

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

NOTA 11 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	2011	2010
INSS Serviços Prestados Pessoa Jurídica	12.471	7.389
IRRF Empregado	11.597	12.035
IRRF Serviços Prestados	247	1.104
ISS	9.567	6.127
Contribuição Sindical a Recolher	251	7
CSLL/PIS/COFINS	3.960	3.810
Total	<u>38.093</u>	<u>30.472</u>

NOTA 12 - OBRIGAÇÕES ESTATUTÁRIAS

A composição dessa conta refere-se a provisão para repasses estatutários, conforme a seguir:

Descrição	2011	2010
Conselho Federal	1.153.180	1.167.460
Caixa de Assistência	1.430.351	1.028.718
Fundo Cultural	68.891	148.588
Subseções	11.754	13.810
FIDA	36.412	39.306
Total	<u>2.700.588</u>	<u>2.397.881</u>

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

Conselho Federal - Em 31 de dezembro de 2011, o valor provisionado, a pagar, ao Conselho Federal refere-se repasses decorrentes de receitas ocorridas em 2011 e parte referente a 2010, no montante de R\$ 601.627 e R\$ 551.553, respectivamente.

Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás – Casag - Em 31 de dezembro de 2011, o valor provisionado, a pagar, para a CASAG refere-se a repasses decorrentes de receitas ocorridas em 2011 e parte referente a 2010, no montante de R\$ 772.680 e R\$ 657.671, respectivamente.

Fundo Cultural - Em 31 de dezembro de 2011, o valor provisionado, a pagar, para ao Fundo Cultural refere-se a repasses decorrentes de receitas ocorridas em 2011.

Fida - Em 31 de dezembro de 2011, o valor provisionado, a pagar, ao Fundo Cultural refere-se a repasses decorrentes de receitas ocorridas em 2011.

NOTA 13 - OUTROS

Referem-se a créditos diversos depositados nas contas correntes bancárias da Entidade, cujas origens não foram identificadas.

NOTA 14 – PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões civis, trabalhistas e tributárias.

As demandas judiciais são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres dos assessores jurídicos, e é registrado contabilmente de acordo com as regras mencionadas na Nota Explicativa nº 3.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

a) Resumo das ações classificadas como “risco provável” e provisionadas

Natureza do Processo	Nº do Processo	Nome da reclamante	Valor Previsto	Característica da Ação
Cível	44918-51.2010.4.01.3500	Euripedes Rodrigues Cavalcante Filho	5.500	Declaratória c/c indenização
Cível	2009.35.00.002057-7	Aleeves Antonio da Silva	18.000	Ação declaratória c/c indenização por dano material e moral
Cível	2003.35.00.014680-0	Marilda Morici Gonçalves	8.360	Indenização por danos morais.
Cível	2004.35.00.005809-0	Lúcia Regina S. A. e Tavora	13.200	Cobrança de seguro de vida
Cível	2004.35.00.720922-2	Katherine Lima da Silva	20.525	Cobrança de seguro de vida
Cível	46957-21.2010.4.01.3500	Rosana Rabelo Padovani	53.000	Ação de indenização por dano moral
Cível	0068000-48.2008.5.18.0001	Ministério Público do Trabalho	100.000	Ação civil pública
Trabalhista	01831-84.2010.5.18.0009	Camila Pires Borges	35.000	Reclamatória trabalhista
Fiscal	200805065711	Município de Goiânia	131.159	Ação declaratória
Total Contingenciado			<u>384.744</u>	

b) Resumo das ações classificadas como “risco possível” não provisionadas.

Natureza do Processo	Nº do Processo	Nome da Parte	Valor Previsto	Característica da Ação
Cível	194511-62.2010.8.09.0085	Divino Ribero Magalhães Filho	50.000	Indenização por danos morais e materiais
Cível	31421-67.2010.4.01.3500	Maria Queiroga Mendes Batista	30.600	Ação de indenização por dano moral
Total não contingenciado			<u>80.600</u>	

NOTA 15 - PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social positivo em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 18.197.977, é composto por superávit do exercício e acumulados, apurados nos últimos exercícios sociais, conforme demonstrado no quadro das Mutações do Patrimônio Social.

NOTA 16 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Refere-se as despesas administrativas e gerais incorridas no exercício. Apresentamos a seguir a discriminação das despesas:

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

Outras Despesas Operacionais	2011	2010
(-) Despesas com Material de Consumo	(1.788.685)	(1.713.824)
(-) Despesas com Serviços PF	(459.575)	(452.595)
(-) Despesas com Serviços PJ	(6.627.907)	(4.863.006)
(-) Despesas com Publicações	(158.723)	(99.677)
(-) Outras Despesas	(45.291)	(11.998)
Total	<u>(9.080.181)</u>	<u>(7.141.101)</u>

NOTA 17: OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Cobertura de Seguros

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, em razão de sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

b) Operações com instrumentos derivativos

A entidade não opera com instrumentos derivativos.

NOTA 18: RISCOS

As operações da entidade estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

- ***Risco de crédito***

Decorrem da possibilidade de a entidade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus associados ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a entidade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

risco.

- ***Risco de taxas de juros***

Decorre da possibilidade de a entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a entidade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Goiânia, 18 de junho de 2.012.

Ilmos. Srs.
Diretores da

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

GOIÂNIA -GO

REF.1.711/12

Prezados Senhores

Estamos encaminhando a V.Sas., o relatório de auditoria das Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, que conforme sua solicitação, foram, por nós examinadas segundo os dispositivos das Legislações Societária e Tributária vigentes.

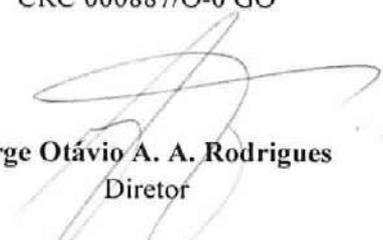
Ao inteiro dispor de V.Sas., para quaisquer outros esclarecimentos, subscrevemo-nos

Atenciosamente,

M A S T E R S

Audidores Independentes S/S

CRC 000887/O-0 GO



Jorge Otávio A. A. Rodrigues
Diretor

CRC 013505/O-9

RELATÓRIO DE AUDITORIA
DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2011
(Em R\$ 1)

1. ATIVO

1.1. ATIVO CIRCULANTE

1.1.1. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Representa os recursos financeiros de disponibilidade imediata, que estão mantidos em caixa e contas correntes, distribuídos nas 40 subseções, e também aplicações em instituições financeiras. A seguir, apresentamos a distribuição dos valores:

Descrição	2011	2010
Caixa	526.111,73	337.019,59
Banco Conta Movimento	665.91,78	692.981,32
Aplicação Financeira de Liquidez Imediata	795.731,24	118.574,43
Valores em Trânsito	(3.063,48)	(8.748,21)
Total	1.385.371,27	1.139.827,13

Procedimentos adotados

- Análise dos controles de caixa (numerário), bem como confronto dos boletins de caixa com os saldos contábeis.
- Revisamos as conciliações bancárias atentando-se para a existência de pendências antigas.
- Efetuamos o procedimento de confirmação de saldos bancários diretamente com as instituições, e após recebimento das respostas, confrontamos os saldos informados nas conciliações contábeis;

Resultados Obtidos

Caixa

Não foi possível efetuar a contagem física dos numerários em caixa, pois a contratação dos trabalhos de auditoria foi posterior ao encerramento do exercício auditado. Desta forma, intensificamos os esforços na avaliação da movimentação e no teste documental para o embasamento de nossa opinião a respeito desta conta.

A movimentação do caixa apresentou-se dentro da normalidade com relação à atividade da empresa. O caixa é representado por recursos utilizados em cada uma das subseções e ainda a seccional. O caixa é utilizado basicamente para pagamento de pequenas despesas.

Os saldos de caixa, em 31/12/2011, evidenciados nos boletins de caixa, de todas as subseções e seccional, foram confrontados com os correspondentes saldos contábeis.

Bancos

Os saldos dos bancos foram analisados e confrontados com os extratos e conciliações bancárias. As divergências apresentadas estão devidamente registradas nas conciliações bancárias.

Aplicações financeiras

O Saldo de aplicação financeira foi analisado e confirmado junto às instituições financeiras, através do extrato bancário e por procedimento de circularização de saldos.

Os rendimentos das aplicações financeiras foram devidamente contabilizados.

Valores em Trânsito

O saldo desta conta refere-se a cheques emitidos e ainda não compensados até o fechamento do exercício contábil findo em 31/12/2011 conforme conciliação bancária.

1.1.2. VALORES A RECEBER

A carteira de contas a receber, e conseqüentemente as receitas, são contabilizadas pelo regime de caixa. Caso fosse adotado o regime de competência, a maioria dos valores devidos no início do exercício e não recebidos ao final do exercício seriam objeto de constituição de provisão para devedores duvidosos.

Sugerimos que a entidade deve implementar controles que permitam reconhecer os créditos no ativo e também possibilitar a constituição de provisão para devedores duvidosos, para os créditos considerados incobráveis.

Há que se ressaltar que, a entidade deve esforçar-se para manter monitoramento contínuo e controles gerenciais e financeiros dos créditos a receber, devidamente conciliados com os saldos contábeis.

1.1.3. CHEQUES DEVOLVIDOS

O saldo é referente a cheques devolvidos e mantidos em carteira para devidas providências de cobrança. A seguir, demonstramos o saldo apresentado pelo departamento financeiro:

Composição	2011	2010
Cheques devolvidos	20.678	54.321
Cheques devolvidos renegociados	2.430	-
Total	<u>23.108</u>	<u>54.321</u>

Procedimentos executados

- Conciliação do saldo contábil com os relatórios financeiros analíticos.
- Teste de verificação física dos cheques ainda não liquidados.
- Avaliação da necessidade de constituição de provisão para devedores duvidosos.
- Aplicação de testes de validação de recebimentos subseqüentes.

Resultados Obtidos

Efetuamos o cruzamento do saldo financeiro com o saldo contábil e identificamos a seguinte divergência:

Saldo Contábil	23.108
Saldo Financeiro	23.367

DIVERGÊNCIA **(258)**

Em nossa opinião, a divergência é imaterial para embasamento de nossa opinião.

Sugerimos que os saldos sejam reconciliados.

A análise da idade da carteira, baseado no relatório financeiro, indicou títulos vencidos a mais de 365 dias, conforme demonstrativo a seguir:

STATUS DOS TÍTULOS	VALOR (R\$)	% TÍTULOS
Títulos vencidos a mais de 365 dias	2.929	12,53%
Títulos vencidos no exercício de 2011	18.008	77,06%
Títulos negociados em 2011	2.430	10,41%
Total	<u>23.367</u>	

Em nossa opinião, a administração deve envidar esforço para cobrança dos cheques devolvidos a mais de 365 dias, ou corroborando com nossa opinião, deve-se constituir a provisão para devedores duvidosos.

Não foram identificados inconformidades nos outros procedimentos aplicados.

1.1.4. ADIANTAMENTO A FUNCIONÁRIOS E DE FÉRIAS

Refere-se a adiantamentos de salários e de férias, feitos para os funcionários. Apresenta-se, a seguir, a discriminação do saldo:

Composição	2011	2010
Adiantamento a funcionários	3.373	-
Adiantamento de férias	63.194	49.902
Total	<u>66.567</u>	<u>49.902</u>

Procedimentos aplicados

- Cruzamento com folha de pagamento e movimentação bancária.
- Teste de liquidação subsequente

Resultados obtidos

Os saldos referentes aos adiantamentos, retro citados, estão devidamente controlados e conciliados.

1.1.5. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os impostos e contribuições a recuperar referem-se ao Imposto de Renda retido na fonte pelo Resgate de Aplicação Financeira no exercício 2011. A seguir, a evolução do saldo:

	2011	2010
Imposto de renda retido na fonte a recuperar	44.680	39.106
Total	<u>44.680</u>	<u>39.106</u>

Esses valores ainda não foram compensados em Per/Dcomp até o final do exercício de 2011.

Procedimentos aplicados

- Avaliação da possibilidade de realização dos saldos

Resultados obtidos

Os créditos são passíveis de realização.

1.1.6. CHEQUES EM COBRANÇA – JURÍDICO

O saldo é composto por cheques devolvidos e cobrados judicialmente. A seguir, a evolução em relação ao exercício anterior:

	2011	2010
Cheques devolvidos	151.472	130.662
Total	<u>151.472</u>	<u>130.662</u>

Procedimentos executados

- Conciliação do saldo contábil com os relatórios financeiros analíticos.

Resultados Obtidos

O Relatório Financeiro está devidamente conciliado com o saldo do balancete em 31/12/2011.

Sugerimos a conciliação mensal do departamento jurídico com o departamento contábil.

1.1.7. ADIANTAMENTO AS SUBSEÇÕES

Refere-se a adiantamento feito em nome de subseções para fazer face ao duodécimo do mês.

Procedimentos aplicados

- Teste de liquidação subsequente

Resultados obtidos

Os testes realizados apresentaram a devida adequação.

1.1.8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

É representada por depósitos judiciais / recursais efetuados pela Ordem em face das ações judiciais em trâmite. A seguir, a composição do saldo:

TIPO DO PROCESSO	Nº DO PROCESSO	NOME DA PARTE	VALOR PREVISTO
TRABALHISTA	01164-2008-011-18-00-5	CAYO CHRYSTHYAN GUIMARAES DE CASTRO	859,89
TRABALHISTA	01164-2008-011-18-00-5	CAYO CHRYSTHYAN GUIMARAES DE CASTRO	3.000,00
TRABALHISTA	01164-2008-011-18-00-5	CAYO CHRYSTHYAN GUIMARAES DE CASTRO	235,73
TRABALHISTA	0001831-84.2010.5.18.0009	CAMILA PIRES BORGES	11.779,02
TRABALHISTA	0001831-84.2010.5.18.0009	CAMILA PIRES BORGES	11.779,02
TOTAL			<u>27.653,66</u>

Procedimentos executados

- Verificação da Conciliação do saldo contábil com correspondentes depósitos efetuados.

Resultados Obtidos

A conta não está devidamente conciliada.

Constatamos que alguns depósitos efetuados em 2011 foram contabilizados em contas de despesas. Sugerimos os ajustes que foram prontamente atendidos.

O saldo apresentado foi baseado informações do departamento jurídico a respeito dos processos e o comprovante dos referidos depósitos.

O processo em face de Cayo Chrysthyan foi encerrado em 2011. Em 2012 a Entidade pediu o desarquivamento dos autos a fim de levantar se há saldo em seu favor, oriundo de depósitos judiciais efetuados. Desta forma, o saldo de R\$ 4.095,62, que fora depositado judicialmente e que está devidamente contabilizado, pode não ser passível de realização. Para fins de embasamento da nossa opinião consideramos imaterial o referido valor.

1.2. ATIVO NÃO CIRCULANTE

1.2.1. INVESTIMENTOS

Refere-se a Títulos de crédito da empresa CREDJUR. A seguir, apresentamos o saldo:

Títulos de Crédito	2011	2010
CREDIJUR	313.506	267.668
<u>Total de Investimentos</u>	<u>313.506</u>	<u>267.668</u>

Procedimentos Realizados

- Exame de documentos comprobatórios de propriedade.
- Verificação da valorização desses créditos, com o cruzamento com a posição financeira dos papéis.

Resultados obtidos

As ações são de propriedade da OAB-GO e a valorização dos títulos foram devidamente contabilizados no exercício de 2011.

1.2.2. IMOBILIZADO/ INTANGÍVEL

O saldo representativo dos bens do ativo imobilizado é composto pelos bens adquiridos ou construídos pela entidade, e é registrado pelo seu valor de custo ou construção. Apresenta-se, a seguir, a composição por grupo de bens:

Composição	2011	2010
Biblioteca	442.168	433.199
Equipamentos de Informática	1.135.741	991.045
Máquinas e Equipamentos	2.839.955	2.416.141
Móveis e Utensílios	1.827.975	1.739.386
Obras de Arte	9.808	9.808
Veículos	229.049	236.319
Edificações	16.256.767	15.775.182
Terrenos	471.693	901.693
Obras em Andamento	121.042	198.530
Instalações	18.000	18.000
(-) Depreciação	(11.670)	(11.670)
<u>Total Imobilizado</u>	<u>23.340.528</u>	<u>22.707.636</u>
<u>Total Intangível</u>	<u>41.131</u>	<u>32.106</u>

Procedimentos Realizados

- Teste de adições e baixas durante o exercício de 2011.

Resultados Obtidos

A documentação relativa às adições e baixas do imobilizado foi devidamente examinada e nenhuma anormalidade foi constatada. Não houve contabilização de depreciação no exercício.

Dentro da análise do cumprimento da legislação societária vigente e dos controles internos aplicado nesse grupo de ativos, temos a comentar:

a) Estudo da vida útil dos bens do Imobilizado

A OAB-GO ainda não realizou o estudo sobre a readequação da vida útil de seus bens do ativo imobilizado.

A Lei societária nº. 11.638/07 juntamente com o CPC 17 – Imobilizado estabeleceu que as depreciações e amortizações dos bens do ativo imobilizado devem ser efetuadas com base na vida útil econômica, e definiu que a adoção desse critério seja aplicada a partir do exercício de 2011.

Sugerimos à realização desse trabalho visando ajuste contábil e atendimento a legislação societária vigente, além de aspectos de controle sobre o patrimônio.

b) Tombamento Patrimonial

A OAB-GO ainda não efetuou o tombamento patrimonial de seus bens de ativo imobilizado. Desta forma, não há controle individual dos bens registrados no ativo imobilizado, fato que pressupõe os seguintes pontos:

- Impossibilidade de evidenciação física;
- Impossibilidade de constatação se os bens patrimoniais adquiridos e não alienados se encontram presentes na empresa;
- Impossibilidade na identificação os percentuais individuais dos bens já totalmente depreciados em anos anteriores, o que pode ocasionar o distorções no cálculo e a contabilização de depreciação;
- A ausência do controle patrimonial não permite à empresa baixar contabilmente o bem adquirido de longa data, já que não há identificação do valor do custo corrigido e a respectiva depreciação até a data da sua baixa.

Nesse sentido, recomendamos a realização de tombamento patrimonial e a conciliação dos saldos Contábeis.

2. PASSIVO

2.1. CIRCULANTE

2.1.1. FORNECEDORES

O saldo representa obrigações com fornecedores, contraídas em 2011, a serem pagas no exercício de 2012.

Procedimentos Realizados

- Confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos dos controles financeiros.
- Teste de liquidação subsequente dos saldos em aberto em 31/12/2011.
- Verificação de evidências do recebimento dos produtos ou serviços contratados.
- Verificação da idade dos débitos.

Resultados obtidos

Os saldos contábeis estão em conformidade com os relatórios financeiros de controles de contas a pagar.

Foram verificadas as liquidações subsequentes dos principais saldos a pagar para fornecedores no exercício de 2011.

Nossos exames concluíram que os serviços prestados e os produtos adquiridos, objeto das contas com fornecedores foram devidamente realizado e entregues.

Não existiam débitos antigos a pagar.

2.1.2. EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

Refere-se a saldo de financiamentos obtidos junto à instituição financeira Credijur e Caixa Econômica Federal, e um financiamento para construção da nova sede, também junto à instituição financeira Credjur.

Procedimentos Realizados

- Verificação de contrato de financiamento.
- Análise da classificação contábil das parcelas de curto e longo prazo.
- Exame da apropriação de juros.

Resultados Obtidos

A operação está formalmente constituída e a classificação foi adequadamente realizada.

A segregação das parcelas de curto e longo prazo foram corretamente classificadas.

2.1.3. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Representa as obrigações da OAB-GO com seus funcionários e também contribuições sociais, apurados até 31/12/2011. A seguir, apresentamos os saldos:

Descrição	2011	2010
Pessoal a Pagar	4.120	4.648
FGTS a Recolher	8.829	978
INSS Patronal	43.985	68.863
INSS Empregados	37.707	31.967
INSS Serviços Prestados Pessoa Física	5.601	2.169
Provisões Trabalhistas	583.274	535.914
<u>Total</u>	<u>683.516</u>	<u>644.539</u>

Procedimentos Realizadas

- Exame da folha de pagamento;
- Verificação da liquidação financeira da folha de pagamento;
- Análise da Provisão de Férias;
- Testes nos cálculos das contribuições sociais incidentes sobre a folha de pagamento.

Resultados Obtidos

A folha de pagamento da instituição é paga dentro do mês de competência, assim sendo, não existiam dívidas a pagar provisionadas em 31/12/2011. O saldo remanescente deve ser R\$ 4.120 provém de ajustes da folha de pagamento e deve ser conciliado.

2.1.4. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Representa as obrigações tributárias a que a entidade está submetida em função de sua operacionalidade, apuradas 31/12/2011, seja ela devida pela instituição ou retidas na fonte. A seguir, a demonstração analítica do saldo:

Descrição	2011	2010
INSS Serviços Prestados Pessoa Jurídica	12.471	7.389
IRRF Empregado	11.597	12.035
IRRF Serviços Prestados	247	1.104
ISS	9.567	6.127
Contribuição Sindical a Recolher	251	7
CSLL/PIS/COFINS	3.960	3.810
<u>Total</u>	<u>38.093</u>	<u>30.472</u>

Procedimentos Realizados

- Revisão sumária dos critérios e cálculos para apuração dos valores a recolher.
- Verificação dos pagamentos subsequentes.

Resultados obtidos

Todos os tributos e encargos foram quitados durante os meses de janeiro e fevereiro de 2011.

Nenhuma anormalidade foi constatada na apuração dos tributos e contribuições.

Verificamos que o ISSQN das receitas com fotocópias não é apurado. Já existe um auto de infração sobre esse assunto provisionado com possibilidade provável de perda.

2.1.5. OBRIGAÇÕES ESTATUTÁRIAS

A composição dessa conta refere-se aos repasses estatutários que a Ordem tem com entidades:

	2011	2010
Conselho Federal	1.153.180	1.167.460
Caixa de Assistência	1.430.351	1.028.718
Fundo Cultural	68.891	148.588
Subseções	11.769	13.810
FIDA	36.412	39.306
<u>TOTAL DE OBRIGAÇÕES ESTATUTÁRIAS</u>	<u>2.700.603</u>	<u>2.397.881</u>

Procedimentos Realizados

- Verificação das bases de cálculos dos repasses.
- Verificação de todos os repasses efetuados durante o exercício de 2011.

Resultados Obtidos

Nossos cálculos indicaram que os saldos foram corretamente provisionados.

2.1.6. RECEITAS A IDENTIFICAR

Refere-se a depósitos efetuados em contas correntes da Entidade, no montante de R\$ 504.193,36, cujas origens não foram identificadas até 31/12/2011.

Procedimentos Realizados

- Análise da movimentação do ano.

Resultados obtidos

Em nosso entendimento, a administração tem que intensificar esforços no sentido de identificação desses valores e conciliação da conta.

2.1.7. CONTINGÊNCIAS

Refere-se a provisões realizadas com bases em estimativas realizadas pelo departamento jurídico sobre as ações em trâmite na justiça em desfavor da OAB, cujo risco de perda por parte da OAB é provável e possível:

NATUREZA DO PROCESSO	Nº DO PROCESSO	NOME DA PARTE	VALOR PREVISTO	CARACTERISTICA DA AÇÃO
CÍVEL	44918-51.2010.4.01.3500	EURÍPEDES RODRIGUES CAVALCANTE FILHO	5.500	Declaratória c/c indenização
CÍVEL	2009.35.00.002057-7	ALCEVES ANTONIO DA SILVA	18.000	Ação declaratória c/c indenização por dano material e moral
CÍVEL	2003.35.00.014680-0	MARILDA MORICI GONÇALVES	8.360	indenização por danos morais.
CÍVEL	2004.35.00.005809-0	LUCIA REGINA S. A. E TAVORA	13.200	Cobrança de seguro de vida
CÍVEL	2004.35.00.720922-2	KATHERINE LIMA DA SILVA	20.525	Cobrança de seguro de vida
CÍVEL	46957-21.2010.4.01.3500	ROSANA RABELO PADOVANI	53.000	Ação de indenização por dano moral
CÍVEL	0068000-48.2008.5.18.0001	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	100.000	Ação civil pública
TRABALHISTA	01831-84.2010.5.18.0009	CAMILA PIRES BORGES	35.000	Reclamatória trabalhista
FISCAL	200805065711	MUNICIPIO DE GOIÂNIA	131.159	Ação declaratória
<u>TOTAL A SER CONTINGENCIADO</u>			<u>384.744</u>	

Procedimentos Realizados

- Análise da do relatório do departamento jurídico sobre o risco de perda das ações judiciais em tramite na OAB.
- Análise dos critérios de provisões contábeis das estimativas.

Resultados obtidos

Em nosso entendimento, todas as ações em que a entidade é pólo passivo, com risco provável de perda, foram devidamente provisionadas contabilmente e as ações com risco possível foram devidamente divulgadas em notas explicativas, assim como estabelece a norma contábil NBC 22 do IBRACON.

2.2. PATRIMÔNIO SOCIAL

É composto pelo superávit do exercício e acumulados, bem como os déficits acumulados. A seguir a evolução do patrimônio:

	2011	2010
Superávit Acumulado	18.197.977	17.342.429
Total	<u>18.197.977</u>	<u>17.342.429</u>

Procedimentos Realizados

- Análise das mutações ocorridas no exercício de 2011.

Resultados Obtidos

A mutação do patrimônio refere-se unicamente ao resultado do exercício, que foi devidamente analisado. – Superávit de R\$ 855.548.

3. CONTAS DE RESULTADO

3.1. RECEITAS E DESPESAS

Procedimentos Realizados

- Revisão analítica das movimentações do exercício de 2011.
- Testes de confronto das despesas contabilizadas com a documentação suporte.
- Análise da razoabilidade das despesas com a atividade da empresa.

Resultados Obtidos

A movimentação das contas de resultado está dentro da normalidade para as atividades operacionais da empresa.

As despesas e receitas testadas no processo de auditoria possuíam documentação hábil de suporte contábil.